

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 19/02/2010 Edição nº 66

Diálogo sobre o direito do trabalhador e a terceirização

O resultado de anos de luta e esforço da CUT e demais centrais no combate à terceirização e à precarização das relações de trabalho, foi a constituição em 2008, de um Grupo de trabalho bipartite formado pelas centrais sindicais e pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a elaboração de uma proposta de regulamentação das relações de trabalho na terceirização. Este GT foi retomado por reivindicação da VI Marcha da Classe Trabalhadora e iniciamos o ano com a celebração do acordo e o encaminhamento da proposta à Casa Civil.

A CUT, ao longo dos anos 90 e 2000, por meio de várias ações, reafirmou a sua posição contrária à terceirização e pela ampliação de direitos, e em 2007, junto com suas Confederações e o Deputado Vicentinho, elaborou o PL 1621/2007, com o objetivo de garantir a igualdade de direitos entre trabalhadores contratados diretamente pela empresa e terceirizados.

Agora, com a conclusão da negociação do GT e a construção

de uma proposta alternativa, fruto da negociação bipartite entre governo e centrais sindicais, que se encontra na Casa Civil, a CUT dá início às pressões junto ao Governo e Congresso Nacional, pela sua aprovação, que representa grande avanço na regulamentação da terceirização no Brasil.

O PL tem como princípio básico a responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços, a igualdade de direitos entre trabalhadores terceiros, inclusive os previstos em contrato coletivo, a obrigatoriedade de informação prévia aos sindicatos, a proibição na atividade-fim e a penalização das empresas infratoras. A construção do PL de terceirização de modo bipartite, sem dúvida representa um importante passo no processo de diálogo de questões de interesse da sociedade.

A experiência do diálogo e da negociação no Brasil, embora recente e necessitando de aperfeiçoamento, pode se constituir como um importante mecanismo de democratização

das relações de trabalho.

Além do marco legal, é de fundamental importância a organização dos sindicatos para pautar este tema na negociação coletiva, buscando representar os trabalhadores terceirizados, os quais ainda não têm organização sindical, além de garantir instrumentos de combate a terceirização indiscriminada.

A negociação coletiva constitui-se em instrumento estratégico para o fortalecimento da ação sindical e para a ampliação de direitos.

A CUT tem grandes desafios para o ano de 2010. A redução da jornada de trabalho sem redução de salários; a ratificação das convenções da OIT - 158 que inibe a demissão imotivada, 151 que garante a negociação coletiva para os servidores públicos, 156 sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com responsabilidade familiar o fim do imposto sindical e a implantação da contribuição negocial são alguns dos temas prioritários.

Extraído do texto de Denise Motta Dau
Secretária de Relações do Trabalho da CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista responsável: Giselle Chassot RP - 2042/DF
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3225-9683
SDS edifício Venâncio Junior Térreo Loja 09-11
Brasília - DF